

registro bibliográfico

PUBLICAÇÕES EDITADAS PELO BNDE EM 1963

Dando início a esta seção, onde serão apresentados, com regularidade, registros bibliográficos relacionados a assuntos e problemas de desenvolvimento econômico, a REVISTA DO BNDE oferece, em seguida, sínteses dos principais trabalhos publicados pelo Banco no exercício de 1963, e cuja distribuição obedeceu planos que objetivaram, em essência, atingir o maior número de entidades, empresas e pessoas interessadas nos assuntos nêles tratados.

MERCADO BRASILEIRO DE FERTILIZANTES

No final de 1962, quando da elaboração do "Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico e Social", o BNDE, através do seu Departamento Econômico, foi chamado a colaborar na feitura daquele documento. Uma das contribuições solicitadas ao D.E. foi a de reunir documentação e preparar estudo sumário acerca do mercado brasileiro de fertilizantes. O documento foi elaborado e entregue ao então coordenador do grupo responsável pelo preparo do Plano, decidindo o D.E., já no começo de 1963, editá-lo sob forma mimeográfica, para distribuição restrita a pessoas e entidades interessadas no assunto.

O estudo do D.E., que deve ser considerado como de caráter preliminar, visto estar programada a realização de trabalho de maior profundidade, aborda, de início, a demanda de fertilizantes no Brasil, focalizando a sua evolução no período 1950/1961, níveis de consumo médio e estrutura geográfica do mercado consumidor.

Numa segunda parte são feitas projeções da demanda de adubos no mercado nacional, examinando-se, em primeiro lugar, as necessidades teóricas de elementos fertilizantes reclamadas pela agricultura brasileira, segundo níveis "ideais" de adubação. Para tanto, foram utilizados dados fornecidos pelo Engenheiro Agrônomo Benvindo Novais, Consultor do BNDE, chegando-se à conclusão de que as necessidades teóricas "ideais" de fertilizantes em relação a dez culturas principais seriam, em 1961, da ordem de 987, 1.181 e 961 mil toneladas de N, P O e K O, respectivamente.

Ainda dentro de critério semelhante, foram feitas, em seguida, estimativas em torno do consumo teórico "ideal" de oito culturas alimentares. Tomando por base elementos fornecidos, a pedido do D.E., pelo Professor E. Malavolta, da Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz", de Piracicaba (SP), estimou-se que, para satisfazer à produção prevista para atender à demanda, em 1965, de oito produtos alimentares, o consumo "ideal" de fertilizantes nas respectivas lavouras se elevaria a 199, 181 e 194 mil toneladas de N, P O e K O, respectivamente.

Considerando, porém, que os processos adotados nessas estimativas, por motivos diversos, oferecem resultados que representam, certamente, uma superestimação da capacidade efetiva de absorção de fertili-

zantes pela agricultura brasileira, o trabalho do D.E. procurou chegar, a seguir, a previsões mais realistas, com base no comportamento pretérito do consumo aparente desses produtos. Admitiu-se, nesse sentido, que até 1965 a demanda nacional de adubos crescesse a uma taxa anual de 15%, a qual se elevaria a 20% no quinquênio seguinte. Partindo dos valores referentes ao consumo aparente verificado em 1961 — corrigidos os valores com a subtração das quantidades de produtos fertilizantes desviadas para uso industrial — e considerando que o emprêgo de adubos observa, no País, a proporção média de 1:3:1 para os elementos nutrientes principais, as projeções realizadas dão como prováveis níveis de consumo de fertilizantes, em 1965, 70 mil toneladas de nitrogenados e potássicos e 210 mil toneladas de fosfatos. As estimativas para 1970 atingem, respectivamente, 173 e 519 mil toneladas.

A terceira parte do estudo do D.E. examina os aspectos relevantes da oferta de fertilizantes no mercado brasileiro, sendo feito, em seguida, um balanço da demanda e oferta previstas, quando se constata que a oferta interna, mesmo com a execução, dentro dos prazos programados, dos projetos industriais conhecidos, ainda se mostrará insuficiente para atender às necessidades do mercado nacional.

Finalmente, a última parte do trabalho do D.E. insere volumoso apêndice estatístico sobre os principais aspectos da demanda e oferta de adubos no Brasil.

MERCADO BRASILEIRO DE CHUMBO

Este é o primeiro de uma série de trabalhos sobre metais não-ferrosos elaborados pelo D.E., com a finalidade de orientar a política de investimentos do BNDE e, subsidiariamente, de divulgar resultados de estudos que possam interessar a entidades industriais, comerciais, governamentais, etc.

O trabalho se acha dividido em três partes. A primeira apresenta informações de caráter geral, tais como características, utilizações e metalurgia do metal. A segunda versa sobre o comportamento recente e atual, bem como as perspectivas futuras de produção, consumo e preços desse produto

no mercado mundial. A terceira e última, a principal parte do trabalho, apresenta uma análise detalhada do mercado brasileiro no período 1946/67. O trabalho revela que das 36.000 t de chumbo consumidas no País em 1960 cerca de 1/3 correspondia ao metal recuperado da sucata e que a produção interna de chumbo primário atingiu a praticamente 10.000 t, naquele ano. Para 1967, estima-se que serão consumidas cerca de 45.000 t das quais 35% deverão estar representadas pelo metal recuperado e que a produção interna de metal primário atingirá 22.000 t. O estudo conclui, ainda, que a indústria plumbífera nacional encontra no reduzido número conhecido de jazidas economicamente exploráveis, o principal fator limitativo de sua expansão.

MERCADO BRASILEIRO DE ALUMÍNIO

Este trabalho obedece à mesma orientação do estudo anterior, com exceção da tecnologia do processamento de alumínio que é apresentada como seu anexo. Além de dados e projeções de importação, produção interna e consumo (total e setorial), são registrados, ainda, os dados de custos de instalação, insumos e demais informações necessárias à implantação da indústria de alumínio no País.

Este estudo revela que, em 1967, estaremos consumindo cerca de 68.000 t de alumínio primário contra 37.500 em 1960. A taxa de crescimento prevista no consumo é, portanto, de 9% a.a. A atual capacidade instalada de produção no País, de 34.000 t/ano, elevar-se-á para 40.000 t em 1967.

MERCADO BRASILEIRO DE METAIS NÃO-FERROSOS: Cobre, Zinco e Estanho

Os critérios de análise empregados nestes trabalhos, publicados conjuntamente, foram semelhantes àqueles adotados nos trabalhos anteriores.

No tocante ao cobre, verificou-se que a produção interna supre apenas 5% do consumo atual brasileiro, que é da ordem de 38.000 t. Em 1967, deveremos estar consumindo cerca de 46.000 t, visto que a taxa geométrica de crescimento esperado é de pouco menos de 5% a.a. O dispêndio anual com as importações de cobre deverá osci-

lar entre 25 a 30 milhões de dólares. O principal fator que limita a expansão da produção nacional é a escassez de minérios economicamente exploráveis. Fato semelhante ocorre com o estanho nesse particular, já que somente 25% do minério (cassiterita) utilizado na produção interna deste metal provém das jazidas brasileiras. A indústria estanífera nacional, no entanto, supre quase que integralmente o mercado interno, utilizando-se de apenas 1/3 da sua capacidade de produção atualmente instalada. O consumo atual de cerca de 2.000 t/ano deverá crescer anualmente de 5%.

No caso do zinco, verificou-se que o País dispõe de reservas abundantes de minérios silicatados de zinco. No entanto, o seu aproveitamento de forma econômica só se tornou realidade pelo desenvolvimento de um novo processo, descoberto recentemente pelo engenheiro brasileiro RADINO. Em vista deste fato, portanto, o consumo interno de zinco vinha sendo, até então, totalmente atendido pelas importações. O consumo atual da ordem de 48.000 t deverá atingir 63.400 t em 1967 se se confirmar a taxa prevista de crescimento de 7% a.a. Ainda este ano deverá entrar em funcionamento a primeira fábrica de zinco no País, cuja capacidade instalada de produção é de 7.000 t/ano.

ACÓRDOS DO TRIGO

Editada pelo Departamento de Operações Internacionais, a publicação compõe-se, atualmente, de quatro volumes, correspondentes aos primeiros Acórdos sobre Produtos Agrícolas firmados entre o Governo brasileiro e o Governo dos Estados Unidos da América.

1.º Acôrdo do Trigo — O volume inicial reúne, além dos documentos básicos, em sua versão original e tradução portuguesa, um demonstrativo das aplicações dos recursos e pequeno resumo de cada uma das empresas beneficiadas. Os principais documentos coligidos são: texto do Acôrdo sobre Produtos Agrícolas, cartas sobre taxas de câmbio e a interpretação de algumas expressões menos precisas do Acôrdo; texto completo do Acôrdo de Empréstimo e dos compromissos assumidos em sua decorrência. Por estes documentos tem-se co-

nhecimento de que, durante o ano fiscal norte-americano de 1956, foram financiadas ao Brasil importações de produtos agrícolas no montante de US\$ 41.200 mil. Estes recursos produziram, em cruzeiros, para empréstimo ao BNDE (76% do total), o montante de Cr\$ 1.510,8 milhões, que foram aplicados em oito empresas nacionais, sete das quais sob controle público.

2.º Acôrdo do Trigo — O volume seguinte engloba, como o anterior, toda a documentação básica sobre as negociações que deram origem e precederam a assinatura do 2.º Acôrdo de Empréstimo. Pela volumosa correspondência reproduzida nesta publicação, tem-se idéia das dificuldades surgidas para a execução deste Acôrdo, sendo que as mais importantes foram a eliminação da cláusula que fixava o seu valor em dólares e a determinação da taxa de câmbio. Encontram-se ainda, neste volume, o texto do Acôrdo de Emenda ao 2.º Acôrdo de Empréstimo que eliminou a cláusula de valor constante, e diversas Notas trocadas entre os governos brasileiro e norte-americano sobre o assunto, destacando-se a que destinou Cr\$ 5,6 bilhões, anteriormente reservados ao BNDE, para aplicação em outros fins que não o desenvolvimento econômico. Faz parte ainda da documentação publicada, as normas convencionadas entre o BNDE e a AID para a utilização dos recursos dos Acórdos de Empréstimo.

O segundo Acôrdo do Trigo foi o de mais longa duração, abrangendo os anos de 1957 a 1961. No seu transcurso foram importados produtos agrícolas no valor de US\$ 163,1 milhões, cabendo a maior parcela às compras de trigo, que alcançaram a US\$ 157,9 milhões. Estes recursos produziram Cr\$ 19,0 bilhões, dos quais... Cr\$ 15,2 bilhões destinados a empréstimo ao BNDE (85%). Deste montante, contudo, Cr\$ 5,6 bilhões, como antes referido, foram entregues ao Governo norte-americano para outros fins, ficando os recursos a serem emprestados ao Banco reduzidos a Cr\$ 9.550 bilhões. (50,3%). Estes fundos foram aplicados em 5 empreendimentos públicos, sendo de destacar-se a Comissão do Vale do São Francisco, as Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais — USIMINAS e a Central Elétrica de Furnas. A última

parcela destes recursos foi alocada em fins de 1963 às Usinas Elétricas do Parana-pena S.A., como parte dos recursos concedidos pelo BNDE para a construção da Usina de Xavantes.

3.º Acôrdo do Trigo — O terceiro volume enfeixa os principais documentos relativos ao terceiro Acôrdo do Trigo firmado entre o Brasil e os EE.UU. São os seguintes os documentos ali inseridos: textos do Acôrdo Diplomático firmado em 4-5-61, do entendimento adotado a respeito do mesmo acôrdo, Notas diplomáticas relativas à taxa de câmbio a ser adotada e à aplicação de parte dos fundos deste Acôrdo (10%) no financiamento a empresas privadas, inclusive norte-americanas. Encontra-se ainda neste volume, a íntegra da Carta do Presidente do Banco ao Embaixador norte-americano relativa às normas para a prestação de informações sobre projetos a serem financiados com recursos do 3.º Acôrdo, além do texto do 3.º Acôrdo de Empréstimo e da carta ao Diretor da AID sobre as operações que, por lei, pode o BNDE praticar. Esta publicação é apenas uma primeira versão, estando em fase final um documento definitivo contendo, inclusive, os resultados financeiros deste Acôrdo.

4.º Acôrdo do Trigo — O quarto e último volume da série compõe-se dos documentos básicos do 4.º Acôrdo do Trigo, firmado em 15-3-1962 e as Notas diplomáticas pertinentes à sua interpretação oficial. Dentre estas Notas destacam-se a relativa à conversibilidade das moedas, a relativa à taxa de câmbio a ser usada e ao reempréstimo de parte dos fundos do 4.º Acôrdo de Empréstimo a empresas privadas. Ademais destes documentos, encontra-se neste volume o texto do 4.º Acôrdo de Empréstimo e Nota relativa à extensão do Acôrdo de Vendas. O 4.º Acôrdo, que inicialmente previa compra de produtos agrícolas no valor de US\$ 58,6 milhões no exercício de 1962, foi emendado em outubro daquele ano para US\$ 102,0, em decorrência da impossibilidade em que se encontravam os outros fornecedores de prover as necessidades brasileiras de trigo. Também esta coletânea constitui a primeira tentativa de sistematizar a documentação relativa ao 4.º Acôrdo do Trigo, estando em projeto no

D.O.I., outra edição mais detalhada, em futuro próximo.

Os Acôrdos do Trigo e o BNDE — Pela primeira vez, tentou-se fazer um balanço da real significação e dos resultados dos diversos Acôrdos sobre Produtos Agrícolas firmados entre o Brasil e os EE.UU., especialmente naquela parte referente ao BNDE e à sua ação na aplicação destes recursos no financiamento de projetos de desenvolvimento econômico. Procurou-se, inicialmente, fixar o significado destes Acôrdos no conjunto da economia nacional, sem idéias pré-concebidas, efetuando-se em seguida um estudo da evolução cronológica dos diversos Acôrdos do Trigo. No capítulo seguinte foi estudada a participação do BNDE nestes Acôrdos, ficando patente a perda de importância destes recursos para as disponibilidades totais do Banco. Por último, fêz-se a análise da execução dos Acôrdos de Empréstimo, onde foram retratadas as dificuldades iniciais e os progressos obtidos nas relações BNDE-AID para o estabelecimento de mecanismo apropriado para o aproveitamento dos recursos depositados no Banco do Brasil.

Além disso, contém esta publicação farto material estatístico que serviu de base ao referido estudo e que documenta os principais aspectos das operações.

RELATÓRIO DO GRUPO DE TRABALHO PARA O DESENVOLVIMENTO DA PECUÁRIA

Em fevereiro de 1963 foi constituído um Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento da Pecuária. Os estudos realizados põem em relêvo, mais uma vez, os baixos índices de produtividade de nossos rebanhos, seu precário estado de sanidade, a falta de técnicos, a escassez de recursos do Ministério da Agricultura e a conseqüente impossibilidade de uma colaboração mais efetiva, a necessidade de um programa de crédito seletivo, a deficiência das indústrias de abate, a necessidade de uma política racional de estocagem, a quebra de continuidade das exportações por interferência de organismos controladores e a instabilidade no tratamento cambial, a necessidade de apoio às indústrias complementares, como as de máquinas e implementos agrícolas, de adu-

bos e inseticidas, de vacinas e produtos veterinários, de arame farpado e outras, e, finalmente, a necessidade de incrementar a produção de carnes não bovinas.

Apesar das ponderações acima, o GT considera favoráveis as perspectivas do Brasil quanto à exportação de carnes, em virtude das tendências nitidamente crescentes das exportações mundiais de carnes, da grande elasticidade da demanda de carne em relação à renda, do aumento progressivo das rendas e sua distribuição mais equitativa, da relativa estabilidade dos preços internacionais da carne face a outros produtos da lavoura, e da pronta aceitação que tem o produto no mercado internacional. Defende o GT a liberdade de exportação de qualquer tipo de produto, para melhor aproveitar as contingências do mercado importador.

Quanto à política de preços, face a inexistência de trabalhos sistemáticos para determinar o custo de produção e a impossibilidade de uma quantificação real, e tendo em vista os resultados negativos alcançados pelos esquemas de tabelamento, o GT considera preferível manter o mercado liberado.

As Recomendações básicas do Grupo, resumidas na introdução do Relatório, são, a seguir, transcritas na íntegra.

“O Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento da Pecuária, instituído pelo Decreto n.º 51.700, de 8 de fevereiro de 1963, após o estudo dos problemas referidos nos seus artigos apresenta à superior consideração de Sua Excelência o Senhor Presidente da República as seguintes RECOMENDAÇÕES básicas, complementadas pelas medidas concretas e recomendações específicas expressas no Relatório e outros documentos que fazem parte deste processo.

Ministério da Agricultura — Constituirá o Ministério da Agricultura peça fundamental para a execução e o êxito das providências sugeridas. Porisso, o Grupo de Trabalho recomenda que se efetive o processo de dinamização de seus órgãos e que os próximos Orçamentos da República lhe consignem recursos não inferiores à décima parte do total da receita prevista, sem quaisquer cortes ou limitações e sem prejuízo dos recursos do Fundo Federal Agro-

pecuário, que devem ser aplicados segundo sua destinação específica.

Concar — O Grupo de Trabalho recomenda a criação, no Ministério da Agricultura, do Conselho Nacional da Carne — CONCAR — como um organismo colegiado, consultivo e normativo, incumbido de coordenar as atividades de órgãos e entidades com atuação na pecuária de corte em geral e com encargo para sugerir as diretrizes da política de carnes no Brasil.

O CONCAR constitui-se de uma Junta Deliberativa e de uma Secretaria Executiva.

A Junta Deliberativa compõe-se de representantes de órgãos governamentais e entidades de classe, assim discriminados:

- Pelo Ministro da Agricultura ou seu representante, na condição de Presidente do CONCAR;
- Um representante do Ministério da Agricultura;
- Um representante do governo de cada um dos 5 (cinco) Estados detentores dos maiores rebanhos;
- Seis representantes da pecuária, assim distribuídos: um representante da Confederação Rural Brasileira, um representante das Federações Rurais dos Estados da Região Norte; um representante das Federações Rurais da Região Nordeste; dois representantes das Federações Rurais da Região Brasil Central e um representante das Federações Rurais da Região Sul;
- Quatro representantes da indústria de carne a saber: um representante do Sindicato da Indústria do Frio; um representante dos abatedores do Brasil Central; — representante dos charqueadores e um representante do Sindicato da Indústria dos Produtos Suínos do Rio Grande do Sul;
- Um representante da Associação Brasileira de Criadores de Suínos;
- Um representante da Sociedade Brasileira de Avicultura.

A idéia de criação do CONCAR, órgão meramente normativo e consultivo, não obteve aprovação unânime, pois uma

parte minoritária do Grupo advogava a criação de um organismo mais atuante: o Grupo Executivo para Desenvolvimento da Pecuária — GEPEC, que teria como membros, além do Diretor Geral, os Ministros da Agricultura, da Indústria e Comércio, de Assuntos de Planejamento, o Presidente do Banco do Brasil, o Presidente do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico, o Diretor Executivo da Superintendência da Moeda e do Crédito, o Superintendente da Superintendência Nacional do Abastecimento e os Presidentes da Confederação Rural Brasileira, da Confederação Nacional da Indústria, da Confederação Nacional do Comércio, da Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural, da Sociedade Brasileira de Agronomia, da Sociedade Brasileira de Veterinária e da Confederação Nacional dos Trabalhadores. Os membros titulares poderiam designar, mediante comunicação por escrito, suplentes para representá-los.

Acreditavam os defensores dessa tese que as deliberações desse órgão, aprovadas por Ministros de Estado ou seus representantes, teriam efeito executivo imediato e, portanto, muito mais força do que as recomendações de um órgão simplesmente normativo, como o CONCAR.

Crédito — Sendo o crédito importante fator, na atual estrutura sócio-econômica, para a modificação dos métodos e processos criatórios, o Grupo de Trabalho recomenda a ampliação dos recursos dos estabelecimentos creditícios oficiais e a adoção, como programa mínimo, das normas e critérios contidos no plano de crédito seletivo, de acordo com o Documento n.º 1.

O plano de crédito seletivo compreende os seguintes capítulos:

1. Assistência financeira à criação de bovinos:
 - a) Melhoramentos da criação de bovinos (defesa contra erosão, adubação, irrigação, formação de pastagens, cêrcas, bebedouros, banheiros, etc. até 60% do valor da propriedade a hipotecar, com prazo até 5 anos);
 - b) Custeio da criação de bovinos para retenção de crias (visando

a reduzir a intermediação e a idade do boi para abate — até 60% do valor das crias existentes: machos e fêmeas);

- c) Aquisição de bovinos para criação (lotes de até 10 reprodutores de “pedigree”, compra de até 100 bovinos para povoamento inicial — prazo até 5 anos);
 - d) Máquinas e veículos (tratores e implementos, aparelhos para irrigação, veículos de carga, prazo até 3 anos).
2. Assistência financeira à engorda de bovinos (aquisição de até 500 novilhos para engorda).
 3. Assistência financeira à indústria (financiamento para construção de matadouros frigoríficos nas zonas produtoras, transformação de charqueadas em matadouros frigoríficos, aquisição de caminhões e vagões frigoríficos).
 4. Assistência financeira às Cooperativas (formação de lavoura, aquisição de máquinas, instalação de postos de inseminação artificial, instalações industriais, instalações de mercados, aquisição de veículos, eletrificação rural).
 5. Assistência financeira a outras fontes produtoras de carne (suinocultura, ovinocultura, bubalinocultura, caprinocultura e avicultura).

Técnicos — Constitui, por vezes, pontos de estrangulamento ao desenvolvimento da pecuária de corte, a falta de técnicos-agrônomos e veterinários. O Grupo de Trabalho recomenda ao Governo medidas imediatas para aumentar, dentro do menor tempo, o seu número, a começar pela instituição, nos serviços públicos, do salário profissional igual, pelo menos, a cinco vezes o maior salário mínimo do País e promover a melhoria do ensino agrônomo e veterinário.

Produtividade — Pelas razões que se analisam no Relatório, a produtividade da pecuária de corte brasileira está muito aquém das suas reais possibilidades e os recursos para sua elevação muito longe de serem esgotados. As medidas que são sugere-

ridas, visando à sanidade, nutrição, manejo e tecnificação da produção devem elevar o desfrute do rebanho bovino, por exemplo, de 10 para 13,5% e incrementar o índice de produtividade da pecuária de corte geral a valores mais econômicos e atraentes. Por isso, o Grupo de Trabalho recomenda a maior atenção do Governo Federal para as medidas que, nesse sentido, são apresentadas.

Sanidade — Os prejuízos anuais que o precário estado sanitário dos rebanhos causa à economia do País ultrapassam a casa dos cem bilhões de cruzeiros. O Grupo recomenda, assim, especial cuidado ao que preceitua o Documento n.º 2.

No documento sobre Sanidade Animal são focalizados os seguintes itens:

- doenças infecto-contagiosas
- doenças da esfera reprodutiva
- doenças parasitárias
- doenças de carência
- plantas tóxicas.

Entre as numerosas medidas recomendadas, destacam-se: a criação de um Grupo de Combate à Aftosa, no Ministério da Agricultura; campanha de combate à Brucelose; campanha de erradicação e controle das ectoparasitoses; apoio financeiro ao Serviço de Defesa Sanitária Animal para Erradicação da Paratuberculose em seus focos iniciais; obrigatoriedade de vacina contra peste suína, nas zonas afetadas; criar, nos Institutos Regionais de Pesquisa e Experimentação, seções especializadas para o estudo das doenças da primeira idade, bem como das plantas tóxicas, seu levantamento e combate; recomendar ao Fundo Federal Agropecuário a inclusão dos problemas de defesa sanitária animal em suas prioridades.

Carnes não bovinas — As carnes de outras espécies de açougue, sempre que

oferecidas a preços acessíveis, constituem importantes sucedâneos da carne bovina, produto de larga procura no mercado internacional. Para a obtenção dessas carnes a custos que permitam o incremento expressivo de seu consumo, é fundamental a existência de alimentos básicos — milho e resíduos protéicos da indústria em quantidade e preço convenientes. Assim, o Grupo de Trabalho recomenda prudência na exportação de produtos que possam ser utilizados na alimentação animal.

Exportação — Com a recente elevação do valor da taxa cambial, tornou-se viável a competição das carnes brasileiras no mercado externo. Para que o Brasil consolide sua posição de país exportador dessa mercadoria faltam, todavia, duas outras condições: continuidade nas exportações e prestígio de seus produtos. Daí o Grupo de Trabalho recomendar a fixação das seguintes quotas mínimas de exportação:

1963	—	60.000 t
1964	—	100.000 t
1965	—	150.000 t

e sugerir ainda, para atender à última exigência, a instituição da tipificação de carcaças.

Indústria de máquinas agrícolas — É condição das mais importantes para o desenvolvimento da pecuária de corte e incremento de sua produtividade com expressivas reduções nos custos, a existência de progressista indústria de máquinas, implementos e materiais para a agricultura, capaz de oferecer seus produtos em quantidade e qualidade suficiente para atender à demanda. Entende o Grupo de Trabalho que o Governo Federal deve dispensar permanente atenção a este setor da indústria nacional."